

LUCIANA MIRANDA COSTA & LÁZARO CARDOSO DE MORAES

Imirandaeua@hotmail.com; lazaromoraes@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE;
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS MIDIÁTICOS E O NOVO *IMPEACHMENT* NO BRASIL

RESUMO

A disputa pelo poder simbólico na arena midiática do jogo político no Brasil colocou de um lado a presidente Dilma Rousseff e o seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), e de outro os grupos de comunicação que transformaram denúncias de corrupção no país em escândalos políticos midiáticos. A sequência de matérias e capas publicadas, especialmente na revista *Veja*, maior periódico de circulação semanal e nacional do país, contribuiu para a abertura do processo de *impeachment* da Presidente da República, afastada do cargo por decisão da Câmara Federal e do Senado. O objetivo deste artigo é demonstrar como a mídia participou da construção desse escândalo político que influenciou a opinião dos eleitores, provocando a queda de sua popularidade nas pesquisas de opinião e levando ao seu afastamento. A análise tomou como referencial teórico principal conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, a partir de suas reflexões sobre a luta pelo poder simbólico no campo político. Outro autor também utilizado foi J. B. Thompson, ao analisar as características e implicações dos escândalos políticos midiáticos na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE

Escândalo midiático; escândalo político; *impeachment* no Brasil; revista *Veja*

INTRODUÇÃO

A disputa pelo poder simbólico no campo político brasileiro, entre os anos 2014 e 2016, colocou de um lado a presidente Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), e de outro os grupos de mídia que transformaram denúncias de corrupção no país em escândalos políticos midiáticos, causando prejuízos à imagem da presidente e contribuindo para o seu afastamento definitivo em 31 de agosto de 2016. A sequência de matérias

publicadas recorrentemente na mídia, especialmente na revista *Veja*, de circulação semanal, manteve a temática em voga e contribuiu para a abertura do processo de *impeachment* da Presidente da República e seu desdobramento. A revista, da Editora Abril, de perfil ideológico de centro-direita, foi fundada em 1968 e tem tiragem aproximada de um milhão de exemplares¹.

O objetivo do artigo é demonstrar como os fatos políticos, tratados regularmente como escândalos pela mídia durante quase três anos, particularmente na revista *Veja*, atingiram o capital simbólico² de vários agentes no campo político, afetando especialmente a imagem da Presidente da República. A análise tomou como referencial teórico principal conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, a partir de suas reflexões sobre a luta pelo poder simbólico³ no campo político, e J. B. Thompson, ao analisar as características e implicações dos escândalos políticos midiáticos na sociedade contemporânea. O *corpus* que permitiu as reflexões que se seguem, foram, principalmente, as matérias publicadas na revista *Veja* em 2014, 2015 e 2016.



Figura 1: Revista *Veja*, edição de abril de 2016

¹ Mais informações em <http://veja.abril.com.br/>

² “A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 1998, pp. 134-135).

³ O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder. Segundo Bourdieu, só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos, que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu, 1998, p. 15).

BRASIL EM NOVOS TEMPOS DE POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA

No Brasil, assim como na maioria dos países onde a liberdade de imprensa é um dos pilares da democracia, o poder político está atrelado ao poder midiático, sem o qual grupos que aspiram à dominação política não conseguiriam a visibilidade necessária para influenciar a chamada opinião pública⁴. É nesse contexto que vêm ocorrendo transformações políticas no Brasil, desde o fim da ditadura militar, com a retomada da redemocratização do país em 1985 e o estabelecimento de eleições diretas em todas as esferas de governo. Nesse processo, verifica-se cada vez mais a importância dos meios de comunicação, a ponto de influenciarem diretamente no afastamento da Presidente da República Dilma Rousseff⁵, em 11 de maio de 2016⁶, a exemplo do que ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor de

⁴ “Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média. A “opinião pública” que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de porcentagens (60% dos franceses são favoráveis à...), esta opinião pública é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma porcentagem.” (Bourdieu, 1973). Retirado de <https://tinyurl.com/y76wxnrk>

⁵ Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1947. Foi a primeira mulher eleita presidente do país. Foi ministra da Casa Civil do governo de Luís Inácio Lula da Silva no período de 2005 a 2010. Interessou-se por ideais socialistas na adolescência. No período do regime militar no país, que durou entre os anos de 1964 a 1985, atuou na luta armada em movimentos revolucionários como o COLINA (Comando de Libertação Nacional) e o VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) e pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Em 1977 graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), quando esse era presidido por Luís Inácio Lula da Silva. Em 1993, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Alceu Colares, nomeou Dilma Rousseff para direção da Secretaria de Energia. Quando Lula chegou à presidência, em 2003, indicou Dilma Rousseff para o Ministério das Minas e Energia. Em 2005, ela assumiu a chefia da Casa Civil no lugar do deputado federal José Dirceu (PT), afastado do cargo por causa de um escândalo envolvendo pagamento de propina para aprovação de projetos de lei em âmbito federal, conhecido como Mensalão. Ela só deixou a pasta quando saiu para disputar a Presidência da República. Em 2011, tornou-se a primeira mulher presidente do Brasil. Retirado de g1.globo.com/jornal-hoje/ e ainda www.e-biografias.net/dilma_rousseff/

⁶ A presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo por decisão do Congresso Nacional. Na Câmara Federal, a votação pela abertura de processo de *impeachment* apresentou o seguinte resultado: 367 votos a favor; 137 contra, duas abstenções e uma ausência, em votação realizada no dia 17 de abril de 2016. No Senado, o processo foi ratificado, por 55 votos a 22, culminando com o seu afastamento do cargo pela prática de crime de responsabilidade. A presidente é acusada da prática de “pedaladas fiscais”, por ter deixado de repassar recursos a bancos públicos para o custeio de programas sociais visando atingir a meta de superávit primário do país. Ela também assinou decretos autorizando a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização do Congresso Nacional. Retirado de <https://tinyurl.com/z9gtyqw>

Melo, em 29 de setembro de 1992⁷, que também enfrentou um processo de *impeachment* e teve cassados os seus direitos políticos por oito anos. Dilma Rousseff ficou cinco anos, quatro meses e 12 dias à frente do governo, afastada do cargo depois de enfrentar um período de crise na economia e de dificuldades na sua relação com o Congresso Nacional.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT)⁸ ao poder, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um torneiro mecânico, para a Presidência da República, constituiu-se em um marco histórico, pois pela primeira vez um trabalhador assumiu a chefia do Poder Executivo no Brasil. A perspectiva de mudança, com maior distribuição de renda e justiça social, ganhava assim um contorno real. Os dois mandatos do governo Lula (2002-2006/2006-2009), no entanto, não devem somente ao PT o capital político⁹ adquirido durante os oito anos de governo. A partir da estabilidade econômica da moeda brasileira (o real), com a adoção do Plano Real¹⁰, projeto econômico de cunho neoliberal¹¹ implementado no governo do ex-

⁷ Após denúncias publicadas na revista *IstoÉ*, no dia 28 de julho de 1992, em que o motorista Eriberto França revelou um esquema de corrupção no governo, envolvendo o empresário Paulo César Farias (PC Farias) e a secretária do ex-presidente Fernando Collor, Ana Acíoli, eclodiu no país um movimento com passeatas e manifestações exigindo o *impeachment* do presidente, acusado de enriquecimento ilícito, o que culminou na abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Congresso. O impeachment foi aprovado pela Câmara Federal por 441 votos a favor e 38 contra no dia 29 de setembro de 1992. Dois meses depois, em 29 de dezembro daquele ano, Collor renunciou ao cargo. O Senado prosseguiu o julgamento e cassou ainda os direitos políticos de Collor de Mello por oito anos. Retirado de <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,o.htm>

⁸ O Partido dos Trabalhadores (PT), partido que surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas, foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Defensor do socialismo democrático, o PT teve importância na mobilização pelas Diretas Já, movimento que reivindicou eleições presidenciais diretas no Brasil. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente representante da classe operária eleito presidente, em 27 de outubro de 2002, e reeleito em 29 de outubro de 2006, foi um dos fundadores do partido. Retirado de www.pt.org.br/institucional/

⁹ O capital valorizado dentro de um determinado campo, segundo Bourdieu (1998), pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais ou como capital simbólico. “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo)” (Bourdieu, 1998, p. 134).

¹⁰ O real tornou-se a moeda brasileira no dia 1º de julho de 1994. Mas o Plano Real começou a ser concebido em 1993, especialmente a partir do segundo semestre, pela equipe econômica criada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Faziam parte do grupo Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pedro Malan. O Plano Real entrou para a história como o episódio que acabou com a megainflação no Brasil e inaugurou um novo ciclo de desenvolvimento econômico no país. Retirado de 20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/

¹¹ O neoliberalismo é um sistema econômico pautado por numa subordinação incondicional ao Mercado, abominando-se qualquer tipo de intervenção estatal na economia e na sociedade. Em linhas gerais, defende a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente financeira, com a redução do tamanho e papel do Estado. Retirado de www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf

-presidente Fernando Henrique Cardoso¹² (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB), foi possível ao país alavancar níveis mais representativos de desenvolvimento social e econômico.

O CAMPO POLÍTICO NA PERSPECTIVA TEÓRICA

Os agentes envolvidos na luta pelo poder simbólico no campo político travam uma batalha em defesa dos seus interesses para angariar cada vez mais capital simbólico junto ao eleitorado, aos seus pares e à mídia. Dessa forma, é no campo político que se travam os embates com vistas a obter o capital valorizado no campo, ou seja, prestígio e reputação, transfigurados em forma de posições de decisão. As nuances e limites entre os campos político e midiático, no entanto, se delineiam à medida que percebemos sua origem e seus efeitos, sejam originados de ações políticas que reverberam na mídia, sejam notícias da mídia que afetam as estruturas de poder e levam os governantes à tomada de ações políticas.

O conceito de campo, segundo Bourdieu (1998, p. 134), remete para a ideia de um “campo de forças”. Trata-se de “um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo”. Ou seja, os agentes pertencentes a um determinado campo – seja ele político, econômico, social ou midiático – têm interesses comuns e bem específicos na luta pelo poder simbólico dentro do próprio campo. Dessa forma, um campo se configura como “um sistema específico de relações objetivas que podem ser aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (Bourdieu, 1998, p. 133).

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (Bourdieu, 1998, pp. 134-135).

¹² Fernando Henrique Cardoso (1931) é sociólogo, professor universitário e escritor brasileiro. Foi Presidente do Brasil por dois mandatos, de 1995 a 2002. É considerado um dos maiores intelectuais na área de ciência política e sociologia da América Latina. Mais informações em http://www.e-biografias.net/fernando_henrique_cardoso/

O capital político (Bourdieu, 1998) caracteriza-se por uma forma de capital simbólico, um *crédito*, firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Deste modo, a presidente Dilma Rousseff caiu em descrédito perante a população na medida em que a mídia divulgou que ela seria conhecedora de um grande esquema de corrupção, o que caracterizaria improbidade administrativa, mau uso do dinheiro público e, em última instância, uma conduta vedada a um agente público, passível de punição no âmbito do direito, culminando com a perda de mandato e a cassação de direitos políticos. Tais ideias, no entanto,

só podem, pois, ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo (...) através da retórica do meeting ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redação. (Bourdieu, 1998, p. 175)

Bourdieu (1998) observa que, nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos.

Os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e seu porvir. Para garantirem essa mobilização duradoura, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre seus atributários. (Bourdieu, 1998, p. 174)

Para Thompson, os jornais e outras organizações da mídia têm interesse financeiro em manter ou aumentar a venda de seus produtos através de escândalos políticos, que “fornecem histórias vivas, picantes, que podem ajudar esplendidamente a conseguir esse objetivo” (Thompson, 2000, p. 59). “A revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães do interesse

público” (Thompson, 2000, p. 60). A mídia se apoia, portanto, no vazamento de informações, o que caracteriza o escândalo midiático, pressuando a desaprovação pública de uma determinada conduta de um agente.

São as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e, por vezes, as humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações (reais ou supostas) são objeto de reprovação: é a apresentação repetida desses atos midiáticos de comunicação que gera o clima de desaprovação característico dos escândalos midiáticos. (Thompson, 2000, p. 97)



Figura 2: Capas da revista *Veja*

De acordo com Thompson, “os escândalos midiáticos podem se transformar, rapidamente, em acontecimentos nacionais, na verdade acontecimentos globais, produzindo um misto de sobressalto e espanto entre indivíduos situados em contextos amplamente dispersos” (Thompson, 2000, p.101). Verifica-se, por isso, que o liame entre os campos político e midiático é muito mais tênue do que se imagina, na medida em que ações políticas tornam-se concomitantemente fatos midiáticos, dependendo do foco e abordagem que os veículos de comunicação dão a essas ações, de acordo com seus interesses editoriais/políticos, econômicos ou sociais. É nesse terreno que operam os agentes do campo político, na tentativa de legitimar seus interesses por meio de pontos de vistas amplamente difundidos pela mídia, especificamente por veículos alinhados com os mesmos interesses de grupos políticos. Para conseguir tal intento, os meios de comunicação agem como produtores de bens simbólicos.

O PROTAGONISMO DA REVISTA *VEJA* NA DIVULGAÇÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS

A revista *Veja*¹³ acompanha a vida política do país desde a sua fundação. Foi a revista quem publicou, em 1992, uma entrevista com Pedro Collor¹⁴, irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, denunciando uma série de irregularidades no governo que culminaram com a sua cassação. A revista tem tido participação direta e indireta na história política do país, como no caso do Mensalão do PT¹⁵, em que parlamentares recebiam propina para aprovar matérias de interesse do governo no Congresso Nacional e, mais recentemente, no chamado Petrolão, que também envolve denúncias de que empreiteiras pagavam propina a partidos políticos em troca de contratos bilionários em obras contratadas pela Petrobrás¹⁶, uma das maiores estatais do país.

Na guerra travada na arena midiática durante as últimas eleições presidenciais em 2014, entre Dilma Rousseff, candidata do PT à reeleição;

¹³ *Veja* é uma revista semanal publicada no Brasil pela editora Abril. Foi lançada no ano de 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta e teve em sua primeira capa a manchete “O Grande Duelo no Mundo Comunista”. Hoje, possui uma tiragem superior a um milhão de exemplares, sendo a revista semanal com maior circulação do país e a terceira maior do mundo, atrás de Time e da Newsweek. A revista trata de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo. Entre esses temas são encontrados assuntos ligados à política, economia, cultura, comportamento, tecnologia, ecologia e religião, além de edições e reportagens especiais. Retirado de <http://www.revistas.com.br/revistas-de-noticias.html>

¹⁴ Em entrevista exclusiva publicada pela revista *Veja*, em 1992, Pedro Collor de Mello, irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, denunciou irregularidades de desvio de dinheiro público em parceria com Paulo César Farias. Essa entrevista desencadeou denúncias e investigações que culminaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

¹⁵ Segundo o Ministério Público, o Mensalão era o esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo. É o principal escândalo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No dia 6 de junho de 2005, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou uma entrevista com o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), na qual ele revelava a existência do pagamento de propina para parlamentares. Segundo o presidente do PTB, congressistas aliados recebiam o que chamou de um “mensalão” de R\$ 30 mil do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O esquema teria sido realizado entre 2003 e 2004, segundo relatório final da CPI dos Correios, e durado até o início de 2005. Jefferson afirmou ainda que comunicou o esquema para o presidente Lula. Reportagem da revista *Veja* também teve papel relevante na eclosão de uma crise política de grandes proporções quando divulgou a transcrição de um vídeo que flagrava Maurício Marinho, então funcionário dos Correios, explicando como funcionaria um esquema de pagamentos de propina para fraudar licitações envolvendo o deputado Roberto Jefferson. Após quatro meses e meio de julgamento, o STF decidiu pela condenação de 25 dos 38 réus do processo. O esquema foi organizado por um núcleo político chefiado por José Dirceu, então ministro da Casa Civil, e integrantes da alta cúpula do PT. Retirado de <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2012/07/30/o-escandalo-do-mensalao.htm>

¹⁶ Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil. É, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Retirado de <http://www.petrobras.com.br/pt/>

Aécio Neves¹⁷ (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB) e Marina Silva¹⁸ (Partido Socialista Brasileiro-PSB)¹⁹, *Veja* voltou novamente a ter importância crucial. Às vésperas do pleito, com edição antecipada em dois dias, com o título “Eles sabiam de tudo”, a revista publicou reportagem que atingia diretamente a imagem do governo federal, ao revelar que tanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto a presidente Dilma Rousseff teriam conhecimento do esquema de propinas na Petrobras. A informação sobre o fato foi atribuída ao doleiro Alberto Yousseff²⁰.

¹⁷ Aécio Neves (1960) é um político e economista brasileiro. Foi deputado federal, governador de Minas Gerais por dois mandatos e candidato à Presidência da República em 2014. Atualmente, é senador pelo Estado de Minas Gerais. Nasceu em Belo Horizonte, em Minas Gerais, no dia 10 de março de 1960. É filho de Aécio Ferreira da Cunha e de Inês Maria Neves da Cunha, e neto do ex-presidente Tancredo Neves. Estudou economia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, concluindo o curso em 1984. Em 2001, foi presidente da Câmara dos Deputados. Retirado de http://www.e-biografias.net/aecio_neves/

¹⁸ Marina Silva (1958) nasceu no seringal Bagaço, distante 70 km da capital Rio Branco, no Estado do Acre, Norte do Brasil, no dia 8 de fevereiro de 1958. Filha de seringueiros, com 14 anos aprendeu as primeiras noções de matemática, para ajudar o pai na venda da borracha. Ficou órfã de mãe aos 15 anos. Foi para Rio Branco tratar de uma hepatite, acolhida na casa das irmãs Servas de Maria. Com 16 anos fez o curso do Mobral, onde aprendeu a ler e escrever. Completou o 1º e 2º graus fazendo o curso supletivo. Em 1984, conclui o curso de História na Universidade Federal do Acre. Em 2009, recebeu o “Prêmio Fundação Norueguesa Sophie” por seu trabalho em defesa da Floresta Amazônica. Depois de deixar o PT, filiou-se ao Partido Verde, partido pelo qual concorreu à Presidência da República. Mais informações em http://www.e-biografias.net/marina_silva/

¹⁹ O Partido Socialista Brasileiro (PSB) surgiu em 1947, quando o Partido da Esquerda Democrática, criado no ano anterior, resolveu transformar-se no PSB. Os anos 50 marcaram um momento de grande crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de participação política no país. O PSB rompeu definitivamente com a União Democrática Nacional (UDN), que passou a ser totalmente dominada pela direita. No início da década de 60, Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco. Arraes foi membro-fundador e líder do PSB, ingressando no partido em 1990. Foi também na década de 60 que começou a ditadura militar, em que o PSB e outros partidos de inspiração socialista mantiveram-se vivos, mas na clandestinidade. Somente em 1986, o PSB voltou ao cenário nacional, quando realizou-se o primeiro encontro nacional do partido. Dez anos depois, o PSB emergiu das eleições municipais como o partido que obteve maior crescimento. Retirado de http://www.psb.org.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=19

²⁰ Em depoimento à Justiça, o doleiro Alberto Youssef, beneficiado com a delação premiada, entregou políticos e empresários, que recebiam propina sobre operações e contratos com a Petrobras. O esquema de corrupção na estatal está sendo investigado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Retirado de <https://tinyurl.com/yack3pev>



Figura 3: Capa da revista Veja, edição de 29 de outubro de 2014

Encarcerado desde março, o doleiro está bem mais magro, tem o rosto pálido, o cabelo raspado e não cultiva mais a barba. O estado de espírito também é outro. Antes afeito às sombras e ao silêncio, Youssef mostra desassombro para denunciar, apontar e distribuir responsabilidades na camarilha que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras. Com a autoridade de quem atuava como o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminosa, que agora atinge o topo da República. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo:

- O Planalto sabia de tudo!
 - Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado
 - Lula e Dilma, respondeu o doleiro.” (Revista “Encarcerado desde março, o doleiro está bem mais magro, tem o rosto pálido, o cabelo raspado e não cultiva mais a barba. O estado de espírito também é outro. Antes afeito às sombras e ao silêncio, Youssef mostra desassombro para denunciar, apontar e distribuir responsabilidades na camarilha que assaltou durante quase uma década os cofres da Petrobras. Com a autoridade de quem atuava como o banco clandestino do esquema, ele adicionou novos personagens à trama criminosa, que agora atinge o topo da República. Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo:

- O Planalto sabia de tudo!
- Mas quem no Planalto?, perguntou o delegado
- Lula e Dilma, respondeu o doleiro. (Revisita *Veja*, edição de 29 de outubro de 2014)

O colunista da revista *Veja* Reinaldo Azevedo afirmou em seu blogue²¹:

Se as acusações de Youssef se confirmarem, é claro que Dilma Rousseff tem de ser impedida de governar caso venha a ser reeleita (a matéria foi publicada dois dias antes da eleição), mas em razão de um processo de *impeachment*, regulado pela Lei 1.079, que estabelece: Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República. E o texto legal estabelece os crimes que resultam em perda de mandato. Entre eles, estão:

- atuar contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
- proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.²²

A presidente, no entanto, entrou com pedido de direito de resposta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que lhe foi concedido liminarmente. A sentença do ministro Admar Gonzaga, do TSE, determinou que a Editora Abril S.A. inserisse, de imediato, o direito de resposta no sítio eletrônico da revista *Veja*, na internet, no mesmo lugar e tamanho em que foi exibida a capa do periódico, com a utilização de caracteres que permitiam a ocupação de todo o espaço indicado, independentemente de eventual recurso.

Apesar de a presidente Dilma Rousseff ter negado envolvimento no esquema de propina na Petrobras, pouco tempo depois vieram à tona evidências de que tanto ela quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teriam conhecimento do esquema de corrupção na estatal. O PT, seria, segundo a revista, o grande responsável pelo problema.

²¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

²² Retirado de <https://tinyurl.com/y9gbj6qs>



Figura 4: Capa da revista *Veja*, edição de 09 de abril de 2014

No dia 14 de novembro de 2014, 20 dias depois da publicação da revista *Veja* sobre o caso, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial afirmando que os dois políticos eram sabedores do fato. E, na edição do dia 26 de junho de 2015 da revista *Veja*, o empresário Ricardo Pessoa afirmou ter feito doações ilegais para financiar a campanha de Lula em 2006 (R\$ 2,4 milhões), e de Dilma Rousseff, em 2014 (R\$ 7,5 milhões). A revista publicou inclusive a lista dos demais políticos a quem Pessoa teria doado dinheiro ilegalmente.



Figura 5: Capa da revista *Veja*, edição de 25 de fevereiro de 2015

À medida que novos fatos surgiam na mídia envolvendo personagens do governo petista no Petrolão, a situação do governo Dilma se deteriorava, culminando com a renúncia da presidente da Petrobras, Graça Foster²³, e na prisão de alguns ex-diretores da estatal, entre eles, Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, que depois fecharam acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal. O juiz da 1ª Vara de Curitiba, Sérgio Moro, à frente da Operação Lava Jato, que investigava o pagamento de propina na empresa estatal, decretou várias prisões e o repatriamento de milhões de reais que haviam sido desviados do Brasil e se encontravam em paraísos fiscais.

A revista *Veja*, de posição política contrária ao Partido do Trabalhadores, publicou uma série de capas e matérias (Figura 6, capas de 10/12/2014, 11/02/2015 e 07/09/2016) sobre o PT relacionando-o à corrupção e atingindo diretamente o capital político da presidente Dilma Rousseff e de seu governo. O símbolo do partido, a estrela vermelha é desacreditada pela revista, inclusive em sua edição histórica, cuja capa indica que o PT estaria morrendo na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).



Figura 6: Capas da revista *Veja*, edições de 10 de dezembro de 2014, 11 de fevereiro de 2015 e 07 de setembro de 2016

Em março de 2015, o Supremo Tribunal Federal abriu inquéritos contra 47 políticos suspeitos de envolvimento no Petrolão, a maioria do PT e de partidos aliados, o que fez com que milhares de brasileiros saíssem às

²³ Engenheira química com 31 anos de casa, foi presidente da Petrobras no período de fevereiro de 2012 até 5 de fevereiro de 2015, quando renunciou ao cargo junto com mais cinco diretores, 10 meses após as primeiras denúncias de pagamento de propina na estatal. Retirado de <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/graca-foster-renuncia-a-presidencia-da-petrobras-3243.html>

ruas para pedir o afastamento da presidente Dilma. Em junho, a Operação Lava Jato prendeu os presidentes das construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht, que, junto a outras também denunciadas, teriam ajudado a financiar as campanhas eleitorais do PT e da própria presidente. Na época, Emilio Odebrechet, pai de Marcelo Odebrecht, presidente da construtora preso pela operação Lava Jato, chegou a afirmar: “Terão de construir mais três celas: para mim, Lula e Dilma”²⁴.



Figura 7: Capa da revista *Veja*, edição de 08 de junho de 2016

Enquanto a Justiça decretava prisões, o Congresso Nacional seguia votando a reforma política e os réus beneficiados com a delação premiada – entre eles Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Yousseff –, eram acareados e revelavam fatos novos, como o pedido de doação feito pelo suposto operador do PMDB conhecido por Fernando Baiano²⁵, também preso pela Operação Lava Jato, para bancar gastos da campanha eleitoral do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), atingindo também o PT e outros partidos da base de apoio da presidente. As prisões foram ordenadas pelo juiz Sérgio Moro.

²⁴Retirado de <http://tribunadaineternet.com.br/terao-de-construir-mais-tres-celas-para-mim-lula-e-dilma/>

²⁵ O lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, é apontado pelas investigações da Operação Lava Jato como um dos operadores de propina para políticos do PMDB, no esquema de desvios da Petrobras. Ele cumpriu prisão domiciliar e depois colocou uma tornozeleira eletrônica, em prisão domiciliar. O lobista, beneficiado com a delação premiada, esteve preso no Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Retirado de <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/beneficiado-com-de-delacao-baiano-deixa-carceragem-nesta-quarta-feira.html>

A presidente iniciou o segundo mandato em meio a uma grave crise econômica, que havia sido negada por ela durante a campanha eleitoral. Pressionada pelos maus resultados da economia, ela propôs regras mais rígidas para as aposentadorias e seguro-desemprego, e aumentou os preços da eletricidade e do combustível. A essa altura, sua imagem pública já estava arranhada devido aos prejuízos provocados pelo escândalo político por conta da veiculação na mídia das matérias sobre o Petrolão. A reeleição foi apertada, com 51,64% dos votos válidos (54.501.118) contra 48,36% de Aécio Neves (51.041.155 votos), segundo dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Figura 8: Capa da revista *Veja*, edição de 14 de novembro de 2014

O escândalo político repercutiu tanto nos meios de comunicação do país, quanto internacionalmente, afetando o capital simbólico da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, além de parlamentares do PT, com o surgimento de movimentos em defesa de abertura de processo de *impeachment* da presidente Dilma, o que mais tarde viria a ocorrer.

Os protestos foram destaque no site do jornal argentino Clarín, que lembrou que as manifestações brasileiras coincidem com os 30 anos da redemocratização no país. “Vestidos de verde e amarelo, as cores da bandeira brasileira, os manifestantes mostravam cartazes que pediam por mudanças na política e também a destituição da presidente Rousseff”, afirma a publicação. O site da BBC dá ênfase ao pedido dos manifestantes pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, alegando que brasileiros pedem

por sua saída devido ao envolvimento nos escândalos da Petrobras. O texto também retoma os protestos que aconteceram na última sexta-feira, que reuniu manifestantes de movimentos sociais alinhados ao governo federal. (Manifestações pelo país ganham destaque na imprensa internacional. *Folha de S. Paulo*, 15 de março de 2015)²⁶



Figura 9: Capas da revista *Veja*, edições de 29 de julho de 2016, 04 de novembro de 2015 e 09, 16, 23 e 30 de março de 2016, 18 de maio de 2016 e 21 de setembro de 2016

²⁶ Retirado de <http://www.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603250-manifestacoes-pelo-pais-ganham-destaque-na-imprensa-internacional.shtml>

Durante os três anos analisados, o total do número de matérias e capas da revista *Veja* que faziam menção à presidente Dilma, especialmente ao ex-presidente Lula (provável candidato à Presidência da República em 2018), ao Partido dos Trabalhadores e palavras ligadas à corrupção, delação e escândalos políticos foi constante e ascendente, conforme pode ser visto na Figura 9 e na Tabela 1. Nota-se também, na sequência dessas capas, a construção de uma imagem bastante negativa do ex-presidente Lula, ligada a símbolos como prisão e desonestidade, comprometendo uma possível futura candidatura. O destaque são as capas sequenciais de março de 2016, que demonstram claramente o posicionamento ideológico e editorial da revista. As edições foram respectivamente dos dias: 29/07/2015, 04/11/2015, 09/03/2016, 16/03/2016, 23/03/2016, 30/03/2016, 18/05/2016 e 21/09/2016.

PALAVRAS	NÚMERO DE VEZES DA PALAVRA NA CAPA			NÚMERO DE VEZES DE IMAGENS RELACIONADAS NA CAPA		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
PT	8	6	5	2	2	1
Lava-Jato	3	9	9	0	0	0
<i>Impeachment</i>	0	1	1	0	0	1
Dilma	5	12	10	4	9	4
Lula	2	16	14	1	10	11
Petrobras	7	3	0	0	0	0
Petrolão	1	8	0	0	0	0
Construtora Odebrecht	0	1	4	0	1	3
Temer	0	2	8	0	2	4
Juiz Sérgio Moro	0	4	1	1	4	1

Tabela 1: Análise das capas da revista *Veja* (2014, 2015 e 2016)

As manifestações e protestos se espalharam pelo país. Segundo dados publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, “a Polícia Militar afirmou em nota que o cálculo de 1 milhão de pessoas no ato contra a presidente Dilma Rousseff na capital paulista levou em conta a extensão da Avenida Paulista e de outras ruas” (Aragão, 2015), além de outros protestos espalhados pelo Brasil conhecidos como *Panelaços*²⁷. O que se questionava, no

²⁷ Protestos que consistiam em bater painéis nas casas durante os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff em rede nacional de televisão. Retirado de <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/02/03/pronunciamento-da-dilma-contra-o-zika.htm>

entanto, era se as manifestações tinham realmente origem popular ou se nasceram no meio da classe média²⁸, apenas com o intuito de derrubar a presidente, diante da derrota eleitoral do candidato à presidência do PSDB Aécio Neves. A revista *Veja* deu ampla cobertura às manifestações e à ideia do *impeachment*.



Figura 10: Capa da revista *Veja*, edição de 14 de outubro de 2015



Figura 11: Capa da revista *Veja*, edição de 9 de dezembro de 2015

A partir daí verifica-se uma relação cada vez mais estreita entre os escândalos políticos, com os desdobramentos do caso Petrolão nos diversos meios de comunicação, e a crescente queda de popularidade da presidente Dilma, aferida pelas pesquisas de opinião pública. Em dezembro de 2015, pesquisa do Ibope²⁹ apontou reprovação de 70% do governo Dilma e apenas 9% de aprovação. No Gráfico 1, é possível verificar a trajetória de queda da avaliação positiva da presidente ao longo das pesquisas, que caiu de 43% no final de 2013, para apenas 9% em dezembro de 2015. Na pesquisa

²⁸ De acordo com matéria publicada pela Agência Brasil, em 29 de maio de 2012, o governo brasileiro já tem uma nova definição para a classe média brasileira. “Considerando a renda familiar como critério básico, uma comissão de especialistas formada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República definiu que a nova classe média é integrada pelos indivíduos que vivem em famílias com renda per capita (somando-se a renda familiar e dividindo-a pelo número de pessoas que compõem a família) entre R\$ 291 e R\$ 1.019. Retirado de <https://tinyurl.com/ycc53c2l>

²⁹ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, disponível em www.ibope.com.br. A pesquisa aqui referida está disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>

Ibope realizada em 20 de março de 2016, o índice de reprovação caiu para 69% e o de aprovação subiu para 10%, uma variação de um ponto percentual, respectivamente.

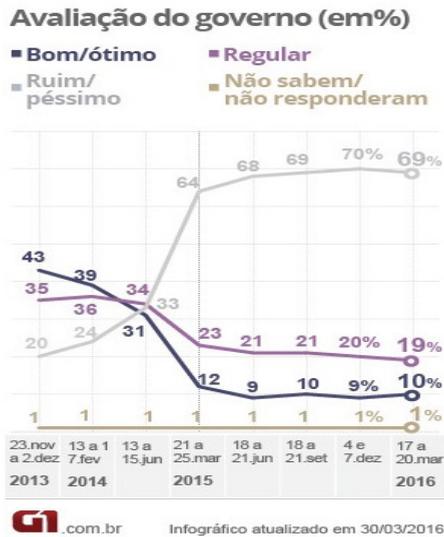


Gráfico 1: Avaliação do governo
Fonte: Portal G1.com.br

A imagem da presidente Dilma também foi prejudicada em função de medidas econômicas antipopulares³⁰. Com as mudanças feitas pelo governo, ao estabelecer uma nova meta fiscal³¹, a tendência da economia era

³⁰ As medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo incluem, entre outras, corte das desonerações para empresas, redução de benefícios para os trabalhadores, como o seguro-desemprego, cortes no orçamento (R\$ 8,2 bilhões), redução de gastos nas obras do PAC, fim de repasses ao setor elétrico, alta do IPI para automóveis, aumento do IOF no crédito, alta de impostos sobre produtos importados, entre outras. Retirado de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-medidas-do-ajuste-fiscal.html>

³¹ Com as contas no vermelho, o governo enviou ao Congresso projeto de lei para não descumprir uma meta estabelecida por ele mesmo no final de 2013. Pela legislação, o governo é obrigado a fazer uma poupança para pagar os juros da dívida pública – o superávit primário – e assim cumprir a chamada meta fiscal. O objetivo seria evitar as chamadas “pedaladas fiscais”, estratégia adotada pelo governo no ano anterior para cumprir as metas fiscais, cujas contas foram reprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O governo teria atrasado repasses para instituições financeiras públicas e privadas, que financiaram essas despesas para o governo, como benefícios sociais e previdenciários. Os beneficiários receberam em dia, porque os bancos teriam assumido, com recursos próprios, os pagamentos dos programas sociais, aliviando o caixa do governo. A dívida com os bancos, no entanto, cresceu. Retirado de <https://tinyurl.com/hvcongq>

de alta de juros e de valorização da moeda americana, o dólar. Com o cenário econômico instável, baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e um ajuste fiscal que extinguiu conquistas trabalhistas, com novas regras para a obtenção do seguro-desemprego³², a presidente Dilma Rousseff atingiu seus piores índices de popularidade entre 12 e 16 de julho de 2015, chegando a obter a aprovação de apenas 7,7% dos entrevistados e rejeição de 70,9% dos brasileiros em uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Transportes/MDA³³. A rejeição pessoal da presidente chegou a 79,9%. O que chamou a atenção, na pesquisa, é que 62,8% dos entrevistados se disseram favoráveis ao *impeachment* da presidente.

Diante da pressão popular, o governo enviou ao Congresso Nacional projetos como a correção da tabela do Imposto de Renda³⁴, e, principalmente, a reforma política, que teve entre as suas principais conquistas, o fim do instituto da reeleição para cargos executivos de presidente, governador e prefeitos. A mudança foi aprovada quase por unanimidade, com 452 votos a favor e somente 19 contra na Câmara Federal. A presidente Dilma também nomeou o vice-presidente Michel Temer para o comando da Articulação Política do governo no Legislativo. Mas os problemas mais graves tiveram origem em outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou as contas do governo por causa das chamadas “pedaladas fiscais”, o que deu subsídios para os partidos de oposição pedirem o *impeachment* da presidente por crime de responsabilidade. Até mesmo o então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou oposição pessoal ao governo Dilma, depois de ter sido acusado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, de ter recebido propina de R\$ 10 milhões no esquema de corrupção da Petrobras. Em dezembro de 2015,

³² Com as novas regras aprovadas pelo governo, o trabalhador só poderá solicitar o benefício se tiver pelo menos 12 meses de trabalho com carteira assinada nos últimos 18 meses antes da dispensa. Antes, eram necessários apenas seis meses. E o segundo pedido só poderá ser feito se ele tiver pelo menos nove meses de trabalho nos últimos 12 meses.

³³ Pesquisa de opinião feita pela Confederação Nacional dos Transportes/MDS foi feita 2.002 pessoas, entre os dias 12 e 16 de julho. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, com índice de confiança de 95%. Retirado de <https://tinyurl.com/yc8c2ntt>

³⁴ A nova lei que estabeleceu as faixas do Imposto de Renda válida para 2016 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em dezembro de 2015. Quem recebe até R\$ 1.903,98 está isento do pagamento do imposto. Na faixa entre R\$ 1.903,99 e R\$ 2.826,65, o contribuinte pagará 7,5% de Imposto de Renda. A alíquota de 15% passará a incidir sobre as rendas entre R\$ 2.826,66 e R\$ 3.751,05. Na quarta faixa, estão os contribuintes que ganham entre R\$ 3.751,06 e R\$ 4.664,68, que pagarão imposto de 22%. A maior alíquota, de 27,5%, passa a ser aplicada a quem recebe a partir de R\$ 4.664,69. A lei estabelece que, nas duas primeiras faixas salariais, o reajuste é 6,5%. Na terceira faixa, o reajuste é 5,5%; a quarta faixa será reajustada em 5%; e, a última faixa – que contempla os salários mais altos –, será reajustada em 4,5%.

Cunha acatou o pedido de afastamento de Dilma. A situação econômica do Brasil piorava e o país perdeu o seu grau de investimento³⁵.

No dia 13 de março, sete milhões de pessoas saíram às ruas para pedir o *impeachment* da presidente Dilma, na maior manifestação da história do Brasil. A situação política da presidente se complicou ainda mais no dia 29 de março, quando o PMDB, antigo aliado por 13 anos, abandonou o governo, abrindo caminho para a Câmara Federal aprovar o pedido de afastamento da presidente.



Figura 12: Capa da revista *Veja*, edição de 11 de maio de 2016

CONCLUSÃO

O jogo político revela a luta de grupos pela manutenção do poder, pelo domínio da máquina pública e influência na esfera econômica e social. A aceitação de que determinadas estruturas sociais são dadas como se fossem “naturais” leva a percepções de fatos políticos de acordo com uma realidade midiaticizada, em que os fatos seguem uma sequência que, muitas

³⁵ Quando uma agência considera países ou empresas bons pagadores, eles recebem o grau de investimento, que nada mais é do que um selo de qualidade que indica baixíssimo risco de calote. As empresas ou países, uma vez que recebem o grau de investimento, podem continuar a subir na classificação. Assim que atingem o topo, são consideradas com total capacidade de quitar suas dívidas. Ao longo dos anos, tornou-se a bússola dos investidores e instituições financeiras internacionais na hora de decidir onde colocar dinheiro e a que taxa de juros. As agências de classificação de risco, ou agências de ratings – empresas especializadas – emitem notas sobre o risco de um país ou empresa suspender os pagamentos de suas dívidas. As mais respeitadas no mercado internacional são a Fitch, a Moody's e a Standard & Poors. Retirado de <http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=5013>

vezes, se sobrepõe à própria realidade objetiva, de acordo com o foco dado pelos meios de comunicação às notícias sobre escândalos políticos. As matérias publicadas sequencialmente pela revista *Veja* indicaram claramente esta tendência.

A ampla divulgação pela mídia da gravação do diálogo entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma, por exemplo, acelerou o processo de *impeachment*, culminando com a posse do presidente interino Michel Temer (PMDB), vice-presidente na chapa eleita de Dilma Rousseff. E, mesmo após a abertura do processo de *impeachment*, a mídia, com destaque para *Veja*, foi sistemática na veiculação constante de denúncias com base em delações premiadas envolvendo a presidente afastada em esquemas de propina para financiamento de campanha eleitoral.

A batalha no campo político, portanto, pressupõe a luta pelo poder simbólico visando a conquista de prestígio neste campo, tendo os meios de comunicação papel fundamental tanto para erigir quanto para macular o capital simbólico dos agentes aos quais estão politicamente atrelados visando atender interesses de grupos específicos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Aragão, A. (2015, 16 de março). PM diz que levou em conta toda a Avenida Paulista. *Folha de São Paulo*. Retirado de <https://tinyurl.com/yamc363r>
- Bourdieu, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1973). A opinião pública não existe. *Les Temps Moderne*, 318. Retirado de <https://tinyurl.com/y76wxnrk>
- Thompson, J. B. (2000). *O escândalo político – poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.

Citação:

Costa, L. M. & Moraes, L. C. (2018). Os escândalos políticos midiáticos e o novo *impeachment* no Brasil. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 84-105). Braga: CECS.